



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000552-97.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI.

ASSUNTO: Definição de modalidade de licitação - REPETIÇÃO - Termo de referência - Pregão Eletrônica – Formação de registro de preços - Eventual aquisição de equipamento de inspeção de bagagens e volumes de mão por raios X - **Análise**.

### **PARECER JURÍDICO Nº 234 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Segurança Institucional - SSI, com objetivo de abrigar a tramitação dos atos necessários à **formação de registro de preços** para eventual aquisição de equipamento de inspeção de bagagens e volumes de mão por raios X, com treinamento para operação, consoante Termo de Abertura ([0990123](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1006665](#)).

**02.** O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do **Parecer Jurídico n. 189/2023** ([1055588](#)), oportunidade na qual opinou-se pela adequação legal dos documentos da fase planejamento da contratação, da minuta de contrato trazida aos autos do processo pela SECONT, da minuta do edital juntada pela ASLIC, haja vista que os referidos documentos se encontram em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

**03.** Após Manifestação nº 381/2023 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([1055761](#)), a Diretora-Geral, entre outros aspectos, **ratificou a aprovação** do ETP ([1011227](#)) do **Termo de Referência nº 6/2023 - SSI** ([1044119](#)), porquanto com os elementos essenciais definidos no art. 6º, XX e XXIII, §1º do art. 40, todos da Lei 14.133/2021; **autorizou a licitação na modalidade pregão**, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço por item, com fornecimento parcelado com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no inciso XLI, do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21; **ratificou** ainda a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), além de determinar a restrição da divulgação dos valores estimados para a contratação, conforme Despacho nº 1052/2023 ([1058702](#)).

**04.** Em vista disso, o Secretário da SAOFC remeteu os autos à ASLIC para divulgação do edital e realização do certame competitivo, após, à AJSAOFC para análise e missão de parecer jurídico.

**05.** Concluída fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 15/2023 ([1065154](#)), por meio de sua publicação, de acordo com documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1067646](#)). Houve 2 (duas) impugnações ao edital, contestando regras e exigências atinentes ao objeto ([1069470](#) e [1069621](#)), motivo pelo qual a ASLIC solicitou manifestação da unidade demandante e mencionou a possibilidade de suspensão do certame, caso não houve resposta até às 16h de 06/10/2023 ([1069622](#)). Em resposta, a SSI elaborou as Informações nº 88/2023 ([1070351](#)) e nº 89/2023 ([1070852](#)), que, em síntese, aduziu não haver cabimento nos questionamentos apresentados pelas impugnantes.

**06.** Todavia, mediante Solicitação nº 184/2023 ([1071682](#)), o pregoeiro entendeu que a unidade demandante não respondera adequadamente às impugnações e, considerando a expiração do exíguo prazo legal de apresentação de sua resposta, informou a suspensão da sessão do Pregão Eletrônico SRP 15/2023, a fim de que a SSI procedesse ao levantamento das informações técnicas necessárias para análise dos questionamentos suscitados, e solicitou novas justificativas com maior objetividade técnica em relação a cada quesito. Ainda, ressaltou que, caso o Termo de Referência e seus anexos fossem alterados, os autos deveriam ser encaminhados à SAC.

**07.** Após o referido incidente, a unidade demandante juntou ao processo o Termo de Referência nº 7/2023 ([1072499](#)), o qual modificou algumas especificações do objeto e motivou de forma apropriada a manutenção da integração entre os equipamentos, da tensão mínima do anódico do gerador de Raio X, da penetração simples em aço de 34 mm (trinta e quatro milímetros), conforme se verifica na Informação nº 91/2023 - PRES/SSI ([1072501](#)).

**08.** Em seguida, a SAC analisou o novo TR citado e concluiu por sua regularidade nos seguintes termos ([1072678](#)):

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Publicado o Edital do Pregão Eletrônico 15/ASLIC, evento [1065154](#), duas empresas o impugnaram, razão pela qual o Pregoeiro remeteu o feito à Unidade Demandante, Solicitações 181/2023, evento [1069622](#) e 184/2023, evento [1071682](#), sendo que a SSI respondeu com as Informações 88/2023, 89/2023 e 91/2023, eventos ([1070351](#), [1070852](#) e [1072501](#)) que resultaram nas seguintes alterações:

"Após análise das impugnações impostas pelas empresa THECSCAN e NUCTHEC, encaminho termo de referência ([1072499](#)) com as seguintes alterações:

1. Item 1.4.1, alínea "a" (largura do túnel de inspeção): passou de +-10% para +-15%;

2. Item 1.4.1, alínea "b" (altura do túnel de inspeção): passou de +-10% para +-15%;

3. Item 1.4.1, alínea "c" (altura máxima da cinta transportadora): passou de 670mm para 850mm;

4. Item 1.4.1, alínea "f" (Peso máximo do equipamento): passou de 400kg para 450kg.

5. Item 1.4.1, alínea "g" (variação máxima da dimensão do equipamento): passou de +-10% para +-20%;

6. Exclusão do item 1.4.1, alínea "g", VI (não serão aceitos equipamentos que estejam montados sobre mesas ou qualquer tipo de suporte);

7. Item 5.1 (prazo de entrega): passou de 60 dias para 90 dias;"

6- Trantando-se de mudança parcial da especificação do objeto, mantidas as demais condições do Termo de Referência já analisadas pela SAC e aprovadas pela ASLIC conclui-se pela regularidade das alterações.

7- Da análise acima exposta, conclui-se que o TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – COMPRAS Nº 7/2023 - PRES/SSI, evento [1072499](#) - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 6º, incisos XLI e XLV, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 33, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023, podendo a contratação de seu objeto ser processada por licitação, na modalidade pregão eletrônico, no tipo menor preço.

**09.** Diante disso, a ASLIC remeteu os autos à SAOFC, ressaltando que as mudanças ocorridas no TR não alteram as regras do edital aprovado e publicado ([1073515](#)). Por sua vez, o titular da SAOFC, no Despacho nº 2484/2023 ([1073927](#)) determinou a adequação da minuta do instrumento contratual feito pela SECONT e a, consequente análise e emissão de parecer jurídico, considerando a modificação do objeto.

**10.** Veio ao processo a nova minuta do futuro contrato, juntada pela SECONT no evento ([1074310](#)). Dessa forma instruído, aportou o processo para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 Considerações Iniciais**

**11.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

### **2.2 Das alterações promovidas ao Termo de Referência originalmente aprovado n. 7/2023 ([1072499](#)) - Adequação do objeto - Novo Termo de Referência e minuta do Contrato- Possibilidade.**

**12.** Como registrado no relato deste parecer, esta Assessoria Jurídica já se manifestou pela juridicidade da contratação por meio do Parecer Jurídico n. 189/2023 ([1055588](#)), havendo também manifestação favorável do titular da SAOFC ([1055761](#)), a necessária aprovação dos atos da fase interna do procedimento e autorização da autoridade administrativa ([1058702](#)). Ocorre que, embora tenha havido o necessário controle prévio de legalidade dos documentos juntados na fase preparatório, o Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 015/2023 ([1065154](#)) regularmente publicado ([1067646](#)), foi alvo dos questionamentos já relatados. E, com intuito de a unidade demandante ter tempo razoável para fazer uma pesquisa mais acurada para embasar as respostas às impugnações ([1071682](#)), o certame encontra-se suspenso ([1071678](#)).

**13.** Por esta razão, a SSI constatou imprecisões no prazo de entrega e na descrição do objeto do certame - qual seja, a dimensão de partes integrantes do equipamento e do próprio equipamento, o peso máximo do mesmo e exclusão da vedação de suporte - como constou na Informação nº 91/2023 ([1072501](#)), ocasionando ajuste no TR produzido anteriormente. Em função disso, trouxe ao processo o Termo de Referência nº 7/2023 ([1072499](#)).

**14.** Nesse sentido, constatado que o Termo de Referência nº 6/2023 ([1044119](#)) da contratação foi aprovado pela autoridade administrativa, entende-se que resta a esta Assessoria Jurídica pronunciar-se tão só sobre as alterações supervenientes ao documento pretérito, o que se fará adiante:

#### **I - Termo de Referência nº 7/2023 ([1072499](#)):**

De leitura dos documentos relatados, depreende-se que a alterações da descrição do objeto feitas no item 1.4.1, alíneas “a”, “b”, “c”, “f”, “g” do TR em comento e a exclusão do item 1.4.1, alínea “g”, VI contido no TR aprovado pela autoridade competente, irá promover e ampliar o acesso dos fornecedores ao futura certame. Assim, embora esta situação não se adentre no âmbito legal propriamente dito, e sim de cunho



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

técnico, entende-se que impedir a restrição indevida do possível universo de licitantes prestigia o princípio da competitividade.

Em relação ao item 5.1 do TR em análise, apenas foi dele alterado o prazo de entrega de 60 dias para 90 dias, tornando este mais compatível com a realidade apresentada no mercado.

### **II - Minuta do contrato ([1074310](#)):**

A nova minuta elaborada pela SECONT modificou somente a **Subcláusula Primeira da Cláusula Terceira** para atualizar o prazo de entrega para 90 dias, coadunando-se com as alterações do TR nº 7/2023. Em função do exposto e para cumprimento do **§ 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021**, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da minuta trazida ao processo pela SECONT ([1074310](#)) revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante.

### **III – CONCLUSÃO**

**15. Pelo exposto**, opina esta Assessoria Jurídica, trazendo a esta, no que não é incompatível, os fundamentos e as conclusões do Parecere Jurídico n. 189/2023 ([1055588](#)):

**I** - pela adequação legal do do Termo de Referência nº 07/2023 - SSI (1072499) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

Registra-se que os documentos da fase de planejamento da contratação foram analisados e tidos como regulares pela SAC ([1040877](#), [1051082](#) e [1072499](#)).

**II** - pela adequação legal da minuta de contrato trazida ao processo pela SECONT ([1051132](#)), haja vista que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborado pela unidade demandante.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

À consideração da Autoridade Competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 20/10/2023, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 20/10/2023, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1075091** e o código CRC **759E2C2D**.

0000552-97.2023.6.22.8000

1075091v35



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000552-97.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI.

ASSUNTO: Final de pregão eletrônico - Formação de registro de preços - Eventual aquisição de equipamento de inspeção de bagagens e volumes de mão por raios X - **Análise**.

**PARECER JURÍDICO Nº 273 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Segurança Institucional - SSI, com objetivo de abrigar a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tramitação dos atos necessários à **formação de registro de preços** para eventual aquisição de equipamento de inspeção de bagagens e volumes de mão por raios X, com treinamento para operação, consoante Termo de Abertura ([0990123](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1006665](#)).

**02.** O relato completo do procedimento até a elaboração dos documentos da fase preparatória está inicialmente reproduzido no Parecer Jurídico nº 189, de 01/09/2023 ([1055588](#)). Na sequência, após a necessidade de suspensão do certame ([1071682](#)) e a juntada aos autos de novos documentos da fase de planejamento da contratação, juntou-se ao feito o Parecer Jurídico nº 234, de 20/10/2023 ([1075091](#)) com a análise das alterações promovidas pela unidade demandante, concluindo pela adequação legal dos novos artefatos.

**03.** Após Manifestação nº 454/2023 ([1075972](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-geral aprovou os documentos integrantes da fase de planejamento da contratação, autorizou a contratação pretendida, mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado com fundamento no inciso XLI, do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21, autorizou a utilização de Sistema de Registro de Preços, com a não divulgação da Intenção de Registro de Preço, e deu outros comandos, consoante Despacho nº 1251/2023 – GABDG ([1076052](#)).

**04.** Dando continuidade ao procedimento, a ASLIC republicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2023 ([1077042](#)), conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1077043](#)).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Extrato de propostas – ([1086007](#));

b) proposta da licitante VMI Sistemas de segurança LTDA, CNPJ 05.293.074/0001-87, juntada aos autos no evento ([1086077](#)), que, após manifestação da unidade técnica ([1086081](#)), foi aceita;

c) documentos de habilitação e declarações da licitante VMI Sistemas de segurança LTDA, CNPJ 05.293.074/0001-87, juntados nos eventos ([1086618](#)) ([1086620](#)) ([1086621](#)) ([1086623](#)) ([1086627](#)), que, após manifestação da unidade técnica ([1086697](#)), foram aceitos;

d) Termos de Julgamento com as informações relacionadas à operacionalização da presente contratação ([1087299](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Fase Recursal:**

Não foram apresentados recursos.

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 58/2023 ([1087333](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1087336](#)). **É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1077043](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

**08.** Ainda, verifica-se, no evento ([1077043](#)), a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/202, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional.

**09.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

### **a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**

**Pedido de esclarecimento:** não houve.

**Impugnações:** aviadas pelas impugnantes TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 06.083.148/0001-13 e NUCTECH DO BRASIL LTDA, CNPJ 19.892.624/0001-99, ambas julgadas improcedentes pelo Pregoeiro, com manifestação da unidade demandante ([1077637](#) [1077639](#) [1082809](#) [1083171](#)):

**Análise:** Esta Unidade entende como legal e provida de lastro normativo a decisão do Pregoeiro baseada em manifestação da unidade técnica demandante, visto que a definição das características dos equipamentos encontra guarida na discricionariedade administrativa.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b) Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema Compras.gov.br ([1086007](#)) e no termo de julgamento ([1087299](#));

**d) Item deserto:** Não houve;

**e) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**f) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

**ANÁLISE:** As diversas ocorrências foram registradas no item 5.2 do Relatório do Pregoeiro ([1087333](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação de proposta.

Os atos contaram com a oitiva prévia da unidade demandante ([1086081](#)), determinante para a aceitação da proposta:

- para o item 1, no valor unitário de 145.915,00 e total de R\$ 291.830,00, à licitante **VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA**;

De acordo com os registros constantes dos termos de julgamentos trazidos ao processo houve abertura da fase de negociação com a licitante melhor colocada no intuito de redução do preço ofertado, inclusive, com êxito na negociação, pois, inicialmente, o valor ofertado havia sido superior ao estimado, sendo reduzido após a referida negociação. Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

**g) Fase de Habilitação:** Após a juntada dos documentos de habilitação técnica ([1086618](#)) ([1086620](#)) ([1086621](#)) ([1086623](#)) ([1086627](#)), a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1086697](#)).

Dessa forma, de acordo com os registros que constam Termo de Julgamento ([1087299](#)), a documentação da licitante **VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA** foi julgada regular.

**FASE RECURSAL:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

Não houve;

**10.** Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**11. Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica opina:

**I - Pela adjudicação** do item do objeto pela autoridade superior em favor da licitante:

- **VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA**, detentora da melhor proposta oferecida ao item único do certame;

**II - Pela homologação do certame pela autoridade competente**, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1087299](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**12.** Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

**13.** Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assistente Jurídico**, em 29/11/2023, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a)**

**Chefe**, em 29/11/2023, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1088736** e o código CRC **F055ABBD**.